

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL**

Aos 7 dias do mês de abril de 2021, pelas 10 horas e 5 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Designação de Deputado relator para a elaboração de parecer sobre o Relatório do Anual do Governo sobre a Participação de Portugal no Processo de Construção da União Europeia, intitulado «Portugal na União Europeia – 2020»;**
4. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
5. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Proposta de Lei n.º 75/XIV/2.ª (ALRAM) - Inclusão das novas substâncias psicoativas na Lei de combate à droga;  
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**
  - **Proposta de Lei n.º 80/XIV/2.ª (GOV) - Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga;  
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**
  - **Proposta de lei n.º 77/XIV/2.ª (GOV) - Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1986 e 1991,  
Relatora: Deputada Joana Sá Pereira (PS)**
  - **Projeto de Lei n.º 713/XIV/2.ª (Ninsc CR) - Altera o Regime Geral do Processo Tutelar Cível reforçando o direito das crianças à participação efectiva nas decisões que lhes digam respeito  
Relatora: Deputada Mónica Quintela (PSD)**
  - **Projeto de Lei n.º 731/XIV/2ª (PSD) - Sétima alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprova o regime jurídico das armas e suas munições;  
Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)**
6. **Discussão, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 128.º do RAR, do Projeto de Resolução n.º 1147/XIV/2.ª (BE) - Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam dotar os/as cidadãos/ãs de comunidades nómadas de uma morada que lhes possibilite a obtenção de cartão de cidadão e um exercício de direitos igual ao dos/as demais cidadãos/ãs;**
7. **Fixação da redação final, nos termos conjugados do n.º 6 do artigo 128.º e do artigo 156.º do RAR, do texto do da Resolução relativa ao Projeto de Resolução n.º 1042/XIV/2.ª (Ninsc CR) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas para uma Justiça adaptada às crianças;**
8. **Apreciação e votação do relatório sobre COM(2021)93 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que reforça a aplicação do princípio**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL**

da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual entre homens e mulheres mediante a transparência salarial e mecanismos de fiscalização do cumprimento;

Relatora: Deputada Elza Pais (PS)

9. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do projeto de voto 515/XIV/2.ª (PSD) - De saudação ao militar da GNR pelo salvamento da vida de uma criança;

10. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN, para audição urgente do Senhor Ministro da Administração Interna sobre limpeza dos terrenos e prevenção contra incêndios neste período excecional da COVID-19;
- Requerimento apresentado pelo Deputado único representante do partido CH, para audição do Presidente do Conselho Superior de Magistratura, Juiz Conselheiro Dr. António Joaquim Piçarra, sobre possíveis anomalias na distribuição de processos relativamente a casos graves de criminalidade económico-financeira, nomeadamente no Tribunal Central de Instrução Criminal, mas também relativamente a movimentações noutros tribunais, segundo notícias veiculadas nos últimos dias por diferentes meios de comunicação social.

11. Apreciação e votação das atas n.ºs 38 a 46 (correspondendo às reuniões da Comissão de 2 a 31 de março de 2021);

12. Outros assuntos

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

**PROJETOS DE LEI**

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER
771/XIV/2.ª (PAN)	<a href="#">Consagra a natureza pública dos crimes de violação, de coacção sexual, de fraude sexual, de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência e de procriação artificial não consentida e alarga os prazos de prescrição de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e do crime de mutilação genital feminina, procedendo à alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal</a>	Deputada Cláudia Santos (PS)  Consultas a promover: OA, CSM e CSMP
772/XIV/2.ª (Ninsc JKM)	<a href="#">Procede a uma alteração do Código Penal, atribuindo a natureza de crime público aos crimes de coacção sexual, violação e abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, garantindo a conformidade deste diploma com a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate</a>	Deputada Cláudia Santos (PS)  Consultas a promover: OA, CSM e CSMP

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL**

	<a href="#">à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul)</a>	
<b>777/XIV/2.ª (Ninsc CR)</b>	<a href="#">Reforça a protecção dos direitos fundamentais das pessoas LGBTI+ através da proibição das “terapias de reorientação sexual”</a>	<b>Deputada Lina Lopes (PSD)</b>  <i>Consultas a promover: OA, CSM e CSMP, CNECV, OM e OP</i>

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**

<b>N.º AUTOR</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO</b>
<b>1164/XIV/2.ª (CH)</b>	<a href="#">Pela dignificação da actividade de guarda florestal, reforço dos seus efectivos, revisão da carreira profissional e equiparação/liquidação de subsídios de risco, escala ou patrulha de acordo com os demais profissionais de segurança</a>	Enviado e-mail ao proponente solicitando essa indicação

Foi, ainda, nomeado relator o Senhor Deputado André Coelho Lima (PSD) para a elaboração do parecer sobre o [Relatório Anual de Segurança Interna \(RASI\)](#), relativo ao ano de 2020

No segundo ponto, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

<b>TÍTULO DO DOCUMENTO</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PRAZO DE ENVIO DO RELATÓRIO À CAE</b>
<a href="#">COM(2021)130</a> - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um quadro para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, testes e recuperação, a fim de facilitar a livre circulação durante a pandemia de COVID-19 (Certificado Verde Digital)	<b>Deputado José Manuel Pureza (BE)</b>	<b>21.04.2021</b>
<a href="#">COM(2021)140</a> - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a um quadro para a emissão, a verificação e a aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, de teste e de recuperação destinados aos nacionais de países terceiros que permanecem ou residem legalmente no território dos	<b>Deputado José Manuel Pureza (BE)</b>	<b>21.04.2021</b>

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL**

Estados-Membros durante a pandemia de COVID-19 (Certificado Verde Digital)		
---	--	--

No ponto seguinte, as Senhoras Deputadas Isabel Almeida Rodrigues e Joana Sá Pereira (PS) foram designadas relatoras do parecer sobre o [Relatório do Anual do Governo sobre a Participação de Portugal no Processo de Construção da União Europeia, intitulado «Portugal na União Europeia – 2020](#).

Não tendo dado entrada projetos de voto, passou-se ao quinto ponto, reservado à discussão e votação de pareceres.

Em primeiro lugar, foi apreciado o [parecer](#) sobre a Proposta de Lei n.º 75/XIV/2.ª (ALRAM) - [Inclusão das novas substâncias psicoativas na Lei de combate à droga](#), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN, do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Seguiu-se a apreciação do [parecer](#) sobre a Proposta de Lei n.º 80/XIV/2.ª (GOV) - [Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga](#), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Em terceiro lugar, foi apreciado o [parecer](#) sobre o Projeto de Lei n.º 713/XIV/2.ª (Ninsc CR) - [Altera o Regime Geral do Processo Tutelar Cível reforçando o direito das crianças à participação efectiva nas decisões que lhes digam respeito](#), que foi apresentado pela respetiva relatora Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD). Após uma breve intervenção da Senhora Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS), o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Em quarto lugar, procedeu-se à apreciação do [parecer](#) sobre o Projeto de Lei n.º 731/XIV/2.ª (PSD) - [Sétima alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprova o](#)



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL

[regime jurídico das armas e suas munições](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE). Após uma curta intervenção do Senhor Deputado Paulo Porto (PS), o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

No sexto ponto, teve lugar a discussão, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 128.º do Regimento, do Projeto de Resolução nº 1147/XIV/2.ª (BE) - [Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam dotar os/as cidadãos/ãs de comunidades nómadas de uma morada que lhes possibilite a obtenção de cartão de cidadão e um exercício de direitos igual ao dos/as demais cidadãos/ãs](#), que dera entrada na Assembleia da República em 25 de março de 2021, tendo baixado à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias no dia seguinte, 26 de março.

Intervieram na discussão as Senhoras e os Senhores Deputados José Manuel Pureza (BE), Rita Borges Madeira (PS), Emília Cerqueira (PSD) e António Filipe (PCP), que debateram o conteúdo do Projeto de Resolução nos seguintes termos:

O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) fez a apresentação da iniciativa, referindo que o Projeto de Resolução pretendia resolver um problema que se arrastava há muito tempo na nossa vida coletiva e que atingia quer as pessoas sem abrigo quer as pessoas nómadas em Portugal, designadamente as de etnia cigana, que, pelo facto de não terem uma morada fixa atribuída, enfrentavam grandes dificuldades para o contacto e execução de uma multiplicidade de serviços públicos básicos – desde logo, a obtenção e a renovação do cartão de cidadão - e, também, prestados por entidades privadas. Acrescentou que essa era uma preocupação expressa de forma muito viva em relação às pessoas sem abrigo, no sentido de ser encontrada uma solução que não os privasse do exercício dos seus direitos fundamentais, solução que não parecia difícil nem particularmente onerosa, e que deveria ser alargada também à população nómada. Recordou, ainda, que essa dificuldade era, na prática, ultrapassada através da generosidade de entidades privadas que indicavam a respetiva morada. Neste contexto, e com esta iniciativa, o Grupo Parlamentar do BE pretendia recomendar ao Governo que desenvolvesse as diligências necessárias para, em articulação com a Associação



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL

Nacional dos Municípios Portugueses e com as organizações representativas da comunidade cigana em Portugal, dotar os cidadãos das comunidades nómadas de uma morada que lhes permitisse a obtenção de cartão de cidadão, em benefício da inclusão de todas as pessoas.

A Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) começou por referir que o Grupo Parlamentar do PS era sensível às temáticas que visavam combater todo o tipo de desigualdades e discriminações e recordou que a União Europeia tinha feito várias recomendações sobre o tema em apreciação. Terminou, dizendo que a inexistência de morada identificada poderia parecer uma questão menor, facilmente ultrapassável pela indicação da morada de uma instituição de solidariedade social, mas defendeu que tinha de ser encontrada uma outra solução, por isso o Grupo Parlamentar do PS iria acompanhar a iniciativa apresentada.

A Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD) iniciou a sua intervenção sublinhando que essa era uma questão muito discutida em relação às pessoas sem abrigo, de forma a permitir-lhes o acesso a um conjunto de apoios, mas que também era aplicável à comunidade cigana. Todavia, alertou que a solução bondosa proposta pelo Bloco de Esquerda também poderia acarretar alguns riscos, designadamente o de se traduzir num ónus para os municípios, além de não resolver a questão do direito a habitação dessas famílias nem a da estabilidade escolar das crianças, questões que deveriam ser igualmente ponderadas. Terminou dizendo que tinham de ser assegurados mecanismos que permitissem a todos a obtenção de documentação identitária, não podendo ficar de fora nenhuma comunidade, mas que essa era uma matéria complexa e multidisciplinar.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) interveio para felicitar o proponente e manifestar o apoio do Grupo Parlamentar do PCP a esta iniciativa. Recordou que se tratava de um problema já detetado e sobre o qual havia trabalho feito.

No final do debate, o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) registou com agrado o acolhimento geral manifestado em relação ao que era proposto no Projeto de Resolução. Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD) disse compreender as recomendações de prudência que apresentou, mas acrescentou

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL**

que considerava que o ónus que recaía sobre as autarquias locais era diminuto – o de encontrar um endereço. Concluiu dizendo que fazia sentido que houvesse, simultaneamente, empenhamento na resolução do problema imediato e no problema de fundo e manifestou, mais uma vez, muita satisfação pelo apoio generalizado de todas as forças políticas em relação a esta iniciativa.

No sétimo ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto que «Recomenda ao Governo a adoção de medidas para uma Justiça adaptada às crianças» [[Projeto de Resolução n.º 1042/XIV/2.ª \(Ninsc CR\)](#)], tendo sido aceites por unanimidade, na ausência do CDS-PP, PAN do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, todas as sugestões de redação constantes do documento da DAPLEN, de 5 de abril de 2021.

No oitavo ponto, foi apreciado o relatório sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que reforça a aplicação do princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual entre homens e mulheres mediante a transparência salarial e mecanismos de fiscalização do cumprimento [[COM\(2021\)93](#)], que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Elza Pais (PS). Após as intervenções da Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) e do Senhor Presidente, que agradeceram o trabalho feito pela relatora, recordaram que a discriminação persistia e resistia, apesar de todas as medidas adotadas, e que esse era, portanto, um combate que estava longe de estar terminado, que era um projeto comum, e não de um só partido, pois tratava-se de uma área onde existia um muito saudável consenso entre as diferentes forças políticas. No final, submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CH.

Os trabalhos prosseguiram com o nono ponto da ordem de trabalhos, que consistia na discussão e votação do Projeto de Voto n.º 515/XIV/2.ª (PSD) - [De saudação ao militar da GNR pelo salvamento da vida de uma criança](#). Usaram da palavra, além do Senhor Deputado Artur Soveral Andrade (PSD), que fez a sua apresentação, a Senhora Deputada Susana Amador (PS) e o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que declararam associar-se ao projeto de voto, na medida em que refletia a elevada



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL

responsabilidade e o sentido de missão que caracterizam a atuação das forças de segurança. Foram feitas algumas sugestões de melhoria na redação do voto, que passou a ter o seguinte teor: *«A Assembleia da República saúda o Comandante da Guarda Nacional Republicana de Odemira, Primeiro Sargento Carvalho, pela eficácia, prontidão e resultado da sua prestimosa ação de salvamento da vida de uma criança, e na sua pessoa presta a sua homenagem a todas/os as/os profissionais das forças de segurança que diariamente protagonizam atos e serviços excepcionais de heroísmo e abnegação».*

No final, submetido a votação, o Projeto de Voto n.º 515/XIV/2.ª (PSD) foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP, do PAN e do CH.

No ponto seguinte, que consistia na discussão e votação de dois requerimentos, um apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN - para audição do Ministro da Administração Interna sobre limpeza dos terrenos e prevenção contra incêndios neste período excepcional da COVID-19 – e o outro apresentado pelo Deputado único representante do partido CH - para audição do Presidente do Conselho Superior de Magistratura, Juiz Conselheiro Dr. António Joaquim Piçarra, sobre possíveis anomalias na distribuição de processos relativamente a casos graves de criminalidade económico-financeira, nomeadamente no Tribunal Central de Instrução Criminal, mas também relativamente a movimentações noutros tribunais, segundo notícias veiculadas nos últimos dias por diferentes meios de comunicação social, e uma vez que não se encontravam presentes os respetivos proponentes, o Senhor Presidente fez uma leitura abreviada dos requerimentos, tendo de seguida pedido a palavra o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que, depois de ter dito que não considerava uma boa solução que a Comissão deliberasse sobre requerimentos na ausência dos proponentes, solicitou o respetivo adiamento para a reunião seguinte.

Ainda a propósito do requerimento do PAN, o Senhor Deputado Francisco Oliveira (PS) recordou que a matéria da limpeza dos terrenos e da prevenção dos incêndios pertencia ao Ministério do Ambiente, pelo que sugeriu que, em caso de aprovação, a audição fosse realizada com a presença de representantes dos dois Ministérios: Administração Interna e Ambiente. Indo ao encontro da preocupação manifestada pelo Grupo



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL**

Parlamentar do PS, a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD) acrescentou que a matéria da prevenção e do ordenamento florestal competia à Comissão de Agricultura e Mar e concluiu dizendo que, uma vez que o cerne do requerimento apresentado pelo PAN era sobre prevenção e não sobre combate aos incêndios, entendia que a 1.ª Comissão não era a competente para a realização da audição pretendida. Também repetiu que os proponentes deveriam estar presentes, pois a discussão tornava-se quase impossível na ausência deles.

O Senhor Presidente disse estar de acordo com o que acabara de ser referido e que não estava tanto em causa a realização de uma audição conjunta, uma vez que o teor do requerimento tinha mais a ver com o Ministério do Ambiente do que com o da Administração Interna, que apenas tinha a seu cargo a fiscalização do cumprimento dos prazos determinados pelo Ministério do Ambiente. Em todo o caso, finalizou dizendo que essa questão seria abordada na reunião seguinte, uma vez que fora solicitado o adiamento desse ponto.

No ponto seguinte, que consistia na apreciação e votação das atas n.ºs 38 a 46, correspondendo às reuniões da Comissão de 2 a 31 de março de 2021, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN, do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

No último ponto, reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente anunciou que no próximo dia 15 de abril, quinta-feira, pelas 10h30, teria lugar a cerimónia de entrega do Prémio António Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares 2020 a *Marco Rafael Fernandes Caldeira*, pelo trabalho intitulado «A Originalidade do Sistema de ‘Investidura’ Português – Ensaio Histórico sobre a Génese de uma Singularidade Nacional», adiantando que seria uma cerimónia simples, rápida e restrita, atendendo às circunstâncias que se viviam naquele momento.

Recordou, ainda, que no dia 9 de abril, sexta-feira, pelas 10 horas, estava agendada a audição, conjunta com a Comissão de Cultura e Comunicação, da Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas (CCPJ) e do Sindicato dos Jornalistas, sobre a alegada existência de anúncios dirigidos a jornalistas detentores de carteira profissional visando



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL**

contratá-los para a elaboração de notícias e reportagens tendenciosas sobre a pandemia de COVID-19, que depois seriam propostas aos respetivos órgãos de comunicação social, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP.

Intervio, ainda, o Senhor Deputado José Magalhães (PS) sobre uma carta aberta e um pedido de audiência remetido à Comissão, tendo ficado de identificar e remeter informação mais detalhada aos serviços de apoio sobre o assunto.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de abril de 2021.

O Presidente da Comissão

*(Luís Marques Guedes)*



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)  
Elza Pais (PS)  
Francisco Pereira Oliveira (PS)  
Isabel Rodrigues (PS)  
José Magalhães (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Romualda Fernandes (PS)  
André Coelho Lima (PSD)  
André Neves (PSD)  
Artur Soveral Andrade (PSD)  
Luís Marques Guedes (PSD)  
Márcia Passos (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
Sara Madruga Da Costa (PSD)  
Sandra Cunha (BE)  
António Filipe (PCP)  
Telmo Correia (CDS-PP)  
Inês De Sousa Real (PAN)  
André Ventura (CH)  
Joaquim Katar Moreira (NINSC)  
Eurídice Pereira (PS)  
Paulo Porto (PS)  
Susana Amador (PS)  
Duarte Marques (PSD)  
Emília Cerqueira (PSD)  
José Cancela Moura (PSD)  
Lina Lopes (PSD)  
Marta Freitas (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ªSL**

Pedro Delgado Alves (PS)